



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Divisão Académica

Licenciatura
2015-2016

DIREITO CONSTITUCIONAL II
TURMA DA NOITE

Prof. Doutor Paulo Otero

Sumário

Estudo do Direito Constitucional Português: História constitucional e Constituição de 1976
(Identidade, Organização Política e Fontes do Ordenamento Jurídico)

Programa

PARTE II

HISTORIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

Capítulo I

HISTÓRIA PRÉ-CONSTITUCIONAL

§1º - Principais momentos político-constitucionais

§2º - Ordenamento jurídico

§3º - Instituições jurídico-constitucionais

Capítulo II

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL

§4º - Perspetiva geral

§5º - Constituições liberais

§6º - Constituição de 1933

§7º - Constituição de 1976



Divisão Académica

PARTE III

CONSTITUIÇÃO DE 1976

Capítulo I

IDENTIDADE CONSTITUCIONAL

Secção 1ª

Identidade axiológica da Constituição

§1º - A identidade axiológica da Constituição: introdução

§2º - Estado de direitos humanos

§3º - Estado de Direito democrático

§4º - Estado de soberania internacionalizada e europeizada

§5º - Estado unitário descentralizado

Secção 2ª

Identidade estrutural da Constituição

§6º - Constituição compromissória

§7º - Constituição aberta

§8º - Constituição transfigurada

Secção 3ª

Identidade relacional da Constituição

§9º - A identidade relacional da Constituição: introdução

§10º - A influência da história constitucional na Constituição de 1976

§11º - As influências constitucionais externas na Constituição de 1976

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Secção 1ª

Princípios Fundamentais

Subsecção A

Princípios materiais da regulação constitucional da organização do Poder político

§12º - Princípios de organização e funcionamento do poder político

§13º - Princípios respeitantes aos titulares do poder político

Divisão Académica

Subsecção B

Princípios sobre as fontes reguladoras da organização do Poder político

§14º - Princípio da não exclusividade da configuração formal do poder político

§15º - Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais na regulação do poder político

§16º - Princípio da não exclusividade das fontes jurídico-políticas reguladoras do poder político

Secção 2ª

Estruturas constitucionais da República

Subsecção A

Órgãos de soberania

§17º - Presidente da República

§18º - Assembleia da República

§19º - Governo

§20º - Tribunais

Subsecção B

Sistema de governo

§21º - Princípios do sistema de governo

Subsecção C

Outros órgãos constitucionais da República

§22º - Órgãos da República de âmbito nacional

§23º - Órgãos da República de âmbito local

Secção 3ª

Estruturas políticas infraestaduais

§24º - Regiões autónomas

§25º - Poder local: as autarquias locais

Capítulo III

FONTES DO ORDENAMENTO JURÍDICO

Secção 1ª

Princípios fundamentais

§26º - Princípios fundamentais

26.1. Princípio da não exclusividade das fontes normativas formais

26.2. Princípio da pluralidade de fontes formais

26.3. Princípio da tipicidade da reserva de lei

Divisão Académica

- 26.4. Princípio da tipicidade dos atos legislativos
- 26.5. Princípio da revogabilidade das normas
- 26.6. Princípio da não comunicabilidade entre normas de diferente natureza
- 26.7. Princípio da pluralidade de relações internormativas
- 26.8. Princípio da vinculação da Administração e dos Tribunais
- 26.9. Princípio da supletividade do Direito do Estado
- 26.10. Princípio da prevalência do Direito do Estado

Secção 2ª

Atos legislativos

§27º - Teoria geral dos atos legislativos

- 27.1. Sentido e forma de lei
- 27.2. Conteúdo e força de lei
- 27.3. Tipologia das relações interlegislativas

§28º - Lei e decreto-lei

- 28.1. Principais tipos de leis da Assembleia da República e a questão do seu valor reforçado
- 28.2. Processo legislativo parlamentar
- 28.3. Força jurídica dos decretos-lei e a temática do primado do parlamento

§29º - Decreto legislativo regional e lei da República

- 29.1. Poder legislativo regional
- 29.2. Relações entre lei regional e lei da República

Secção 3ª

Outros atos normativos

§30º - Costume

§31º - Direito Internacional Público

§32º - Direito da União Europeia

§33º - Regulamentos

§34º - Atos com força afim da força de lei

Bibliografia Portuguesa (principal)

ALEXANDRINO, José de Melo

- *Lições de Direito Constitucional*, 2 vols., AAFDL, Lisboa, 2015;

AMARAL, Maria Lúcia

- *A Forma da República - Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.

CANOTILHO, Gomes

- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2003.

CANOTILHO, Gomes; MOREIRA, Vital

- *Fundamentos da Constituição*, Coimbra Editora, 1991.

GOUVEIA, Jorge Bacelar

- *Manual de Direito Constitucional*, 2 vols., 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2013.

Divisão Académica

MIRANDA, Jorge

- ***Manual de Direito Constitucional***, I, 9ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2011; V, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010; VI, 4ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013.
- ***Teoria do Estado e da Constituição***, Coimbra Editora, Coimbra, 2002.

MORAIS, Carlos Blanco de

- ***Curso de Direito Constitucional***, I, 2ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2012.

OTERO, Paulo

- ***A Democracia Totalitária***, Principia, Cascais, 2001.
- ***Direito Constitucional Português***, 2 vols., Almedina, Coimbra, 2010.
- ***Legalidade e Administração Pública***, 2ª Reimp., Almedina, Coimbra, 2011.

PINHEIRO, Alexandre Sousa / LOMBA, Pedro,

- ***Princípios Gerais da Organização do Poder Político***, in OTERO, Paulo (Coord.), ***Comentário à Constituição Portuguesa***, III vol., 1º tomo, Almedina Coimbra, 2008.